

A vida “no veneno” nas histórias sobre mortes: Narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina

Danielli Vieira

Considerações iniciais: apresentando a pesquisa

De acordo com o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros* (Waiselfisz, 2007), de 1994 a 2004, os homicídios juvenis saltaram de 11.330 para 18.599, com aumento decenal de 64,2%. O universo de jovens com idades de 15 a 24 anos concentra a maior parte de vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Com maior intensidade do que na população total, 96,7% das vítimas entre os jovens são homens. Além disso, da mesma forma que no total de homicídios, mas com maior intensidade ainda, existem entre os jovens 83,1% a mais de vítimas negras do que de vítimas brancas. De acordo com Luís Eduardo Soares (Athayde; Bill; Soares, 2005), dados como esses indicam uma situação alarmante que já vem marcando a própria estrutura demográfica do país: há um déficit de jovens na sociedade brasileira – fenômeno só verificado nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra.

Trata-se então de um problema social gravíssimo, do qual a produção de conhecimento acadêmico não pode se esquivar. No caso de meu trabalho de dissertação (Vieira, 2009), para efetuar o desenvolvimento desse problema social em um problema de pesquisa, a opção teórica foi a de analisar situações denominadas como violências a partir da sua dimensão vivencial, da experiência de sujeitos sociais cujo cotidiano é permeado por essas situações. Tal tipo de análise configura uma alternativa em relação aos modelos mais disseminados, nos quais predominam os discursos do próprio social: indignação, exterioridade, homogeneização e negatividade, frente a um variado conjunto

de fenômenos designados como “violência” (Rifiotis, 1997 e 1999). Buscou-se deslocar o foco do crime para o foco nos sujeitos sociais. O uso das narrativas mostrou-se muito pertinente para realizar esse tipo de análise. As narrativas constituem um meio de falar sobre eventos anteriores em que necessariamente aparece a dimensão moral, e, conseqüentemente, permite o acesso aos sentidos, às avaliações, aos valores, aos posicionamentos dos interlocutores em relação aos acontecimentos narrados, em outras palavras, possibilita um “olhar” mais próximo das experiências dos sujeitos¹.

Para ouvir as narrativas, contei com a participação de alguns que tinham muitas histórias sobre homicídios para contar. Os interlocutores da pesquisa de campo foram dezesseis jovens (de 13 a 18 anos), do sexo masculino, que se encontravam em instituições de caráter de “privação de liberdade” (internação) para o cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisa foi realizada em três instituições do Estado de Santa Catarina². Como desenvolvi na dissertação, toda narração é sempre retrospectiva, há uma seleção e uma interpretação das experiências a partir de um ponto de vista localizado no presente. E o presente, para os interlocutores, consistia em um momento muito peculiar em suas vidas. Estavam privados de liberdade, fora do convívio de familiares e amigos (“irmãos”), com uma rotina muito diferente daquela que tinham fora da instituição, sujeitos a longos períodos de isolamento. Além disso, em uma instituição de privação de liberdade, todos os elementos acima citados, além dos discursos “educativos”, objetivam lembrar aos internos a todo instante que eles se encontram ali por terem cometido atos ilícitos, errados, condenáveis. Assim sendo, os resultados do trabalho de dissertação também devem ser pensados em relação a esse contexto específico no qual os dados foram produzidos. Isso não quer dizer que aquilo que os meninos contaram sobre suas vidas fora da instituição não seja relevante, mas apenas que as dimensões por eles enfatizadas estão relacionadas com o *lôcus* da pesquisa, com a relação estabelecida entre mim e eles e com as condições específicas em que ocorreu a interação. Se estivessem na rua, por exemplo, é possível que eles destacassem os ganhos que o tráfico de drogas traz e não as perdas, os sofrimentos, as conseqüências ruins. Foi possível perceber, por exemplo, uma mudança de posturas e ênfases quando os

¹ Para conhecer outro trabalho no qual se dá esse “casamento” entre narrativas e dimensão vivencial das violências ver Rodrigues (2006).

² Não aparecerão neste trabalho os nomes verdadeiros das cidades, das instituições e dos interlocutores. Tal procedimento faz-se necessário para resguardar as identidades dos interlocutores, posto que a associação entre as histórias contadas e as pessoas que as narram poderia prejudicar os interlocutores ou terceiros. O sigilo das identidades foi garantido aos jovens que participaram da pesquisa e eles mesmos escolheram seus nomes fictícios.

interlocutores estavam em grupo (aventura, diversão, mulheres) e quando conversavam a sós comigo (sofrimento, “veneno”). Além disso, também a pauta da pesquisa – histórias sobre homicídios – pode ter encaminhado a conversa para uma dimensão mais ligada às perdas.

Algumas das histórias que ouvi ainda não tinham sido contadas a ninguém. Todos os interlocutores falaram sobre suas próprias vidas, compartilharam narrativas sobre mortes entre jovens e também sobre seus sentimentos, seus valores, suas moralidades. Esses jovens trouxeram um “material” muito denso para a reflexão: seus sentidos para suas trajetórias de vida e para as mortes entre jovens que presenciaram. Espero que as histórias dos interlocutores, bem como as reflexões da dissertação, possam contribuir para ampliar o debate teórico sobre modelos de interpretação das violências mais próximos às experiências sociais. E que, além disso, possam ter desdobramentos no âmbito político. Quando falo em âmbito político penso não apenas no nível das políticas públicas (de Estado), mas também nas micropolíticas do cotidiano. Gostaria que a leitura deste trabalho, pudesse tornar mais “próximas” algumas dimensões das vidas dos interlocutores de forma que eles não fossem vistos como “menores infratores” ou mesmo como “adolescentes em conflito com a lei”, mas como o Bob, o Ângelo, o Wesley e assim por diante – pessoas com histórias de vida, ambivalências, projetos, sofrimentos.

Passo, então, a apresentar os principais resultados da pesquisa, lembrando que eles são fruto da relação entre teoria e dados etnográficos, de sua mútua imbricação.

Juventude(s)?

No tocante ao tema das juventudes, os interlocutores “contaram-nos” que têm algumas demandas, condições e experiências diferentes em relação aos jovens pertencentes a outras classes sociais, tais como baixa escolaridade, necessidade de trabalhar, saída precoce da casa da família de origem etc. Eles destacaram também a centralidade em suas vidas da relação com os pares, com o grupo de “camaradas”, de “irmãos”. Nas conversas que tive com os jovens, poucos usaram o termo amigo e Joe explicou esse fato da seguinte forma: “Amigo quem tem é puta”³. Para ele, o termo amizade remetia às relações passageiras e guiadas por interesses, já entre “irmãos” o que

³ Na dissertação optei por formatar com um estilo de fonte diferenciado as assertivas dos meninos e os trechos das narrativas, para que suas falas tivessem um espaço singular e não ilustrativo. Mantenho neste trabalho a mesma opção. Decidi também manter o estilo coloquial das falas dos jovens para não descaracterizar seu modo de expressão oral na passagem para o registro escrito.

prevalece é a troca e a lealdade. A fala de Ângelo, outro interlocutor da pesquisa, também sintetiza bem a concepção de “irmão”: “E é sempre assim, um irmão protege o outro, um ajuda o outro, um guarda as costas do outro, e talvez seja até muito mais do que um irmão”. Ao pensar em tais especificidades, é preciso sempre lembrar que há diversificadas experiências de “ser jovem” e que um único marcador social não define por si só as vivências dos sujeitos sociais (Novaes, 2007). Entretanto, tais jovens compartilham muitas das características de sua geração, como a constituição e expressão de identidades via consumo e estilos musicais, vestuário, linguagem. Descrevi no segundo capítulo da dissertação que um dos elementos marcantes em relação às motivações para a inserção no tráfico de drogas é o desejo de acesso a determinados bens (consumo) como principal via de reconhecimento social. Nesse âmbito, os desejos, as necessidades, as referências são compartilhadas de forma transclassista (Feffermann, 2006; Bauman, 2005; Athayde; Bill; Soares, 2005).

Os pontos de vista narrativos

Um ponto chave para pensar os sujeitos emergentes nas narrativas é o ponto de vista narrativo: trata-se do objetivo que organiza a construção da narração (Ochs, 2000). O que é importante nessa noção, no que diz respeito a este trabalho, é que os interlocutores selecionaram ênfases e contaram suas histórias a partir de um determinado pano de fundo. A linha que os narradores elegem para compor suas histórias ajuda a identificar o sujeito que emerge no processo de enunciação das narrativas e de que maneira ele quer ser “lido”, apreendido.

Os jovens contatados contaram suas histórias a partir de dois principais “pontos de vista”: suas trajetórias em relação ao uso e tráfico de drogas e o desejo de “mudar de vida”. A questão das drogas é uma matriz explicativa compartilhada pela sociedade em geral quando o assunto são os homicídios entre jovens. Porém, as narrativas dos meninos traziam as nuances, a complexidade das situações concretas. Quando narravam situações de homicídios, o pano de fundo era o tráfico. Entretanto, as tomadas de decisão em relação aos homicídios eram perpassadas por valores, avaliações morais, que, muitas vezes, escapavam às “regras” do “mundo do crime”. Ainda no tocante à questão das drogas, os interlocutores falavam a partir de um lugar de ambivalência: é por meio das drogas que se “levantam”, mas também é por elas que “caem”; o vício da mãe a retira de

casa e a venda de droga passa a ser o sustento; o “trabalho” no tráfico permite o acesso a bens materiais e simbólicos e a certo tipo de reconhecimento social, mas, por outro lado, pode levar à privação de liberdade, a danos irreversíveis ao corpo ou à morte. Vejamos algumas falas nesse sentido:

Eu já tomei um objetivo, tá ligado? Porque é foda, né cara, o cara nessa vida aí é só tragédia que acontece na vida do cara, tá ligado? Minha família se destruiu por causa disso, tá ligado? Se o cara parar pra pensar: porra, se não fosse a droga a minha família não tinha se desmanchado”... Tá ligado? Se não fosse essa porra dessa droga, se não fosse o crime minha família não tinha se desmanchado. O cara considera os cara do crime, tá ligado? O cara considera porque um dia o cara foi, tá ligado? O cara sabe como é que é a vida que não é tão fácil assim, tá ligado? Porque muitos moleque aí pra ganhar o dinheirinho deles têm que ficar no sereno aí, tá ligado? Virando madrugada, virando noite, tá ligado? Pra ganhar um dinheiro (Ângelo).

O dinheiro, a fama, a fama do cara, tá ligado? Eu digo que chama, o cara vê “não, o bicho tá grande, o bicho é considerado por todo mundo”... mas considerado nada, né cara. O cara sabe que tem dinheiro, o cara olha assim “Pô, o bicho tá grandão”, todo mundo considera, mas é o seguinte, não é os camarada do cara, os aliado do cara que tão do lado do cara, a não ser aqueles que tão no crime contigo, que andam lado a lado contigo (Ângelo).

Agora isso aí também não é vantagem também: quando o cara tá na rua tá legal, mas depois que cai também é só atraso também, né. Quando cai, cai feio, já perde tudo também, né. Daí não é lucro porque o cara passa tanto tempo aí se arriscando a vida pra chegar uma hora e perder tudo, né... Isso aí não é vantagem não, né (Wesley).

Em relação ao desejo de mudança de vida, tal ponto de vista faz muito sentido diante da situação de liminaridade, de “parada obrigatória para pensar”, de cumprimento de punição. Contudo, no caso de alguns interlocutores, esse desejo de mudança não estava relacionado apenas à condição peculiar na qual se encontravam, mas também ao esgotamento em relação à vida que levavam desde pequenos (12, 13 anos).

Mas também já tarde não é porque pode começar tudo de novo, pode começar uma vida nova, já tipo assim sair com um exemplo já do que aconteceu na vida do cara, o cara já vê que pode mudar também, que deve mudar, mudar pra melhor e poder viver um pouco mais também e preservar a vida também, né. [...] Também já perdi um monte de amigo meu, né, que também era envolvido, já perdi já, que já tão no cadeiaão, uns já foram pro além, né, não quero isso daí pra mim mesmo não (Wesley).

As histórias sobre homicídios

As situações de homicídios narradas foram agrupadas na dissertação de acordo com os enquadramentos explicativos dos interlocutores em relação aos tipos de mortes: mortes “justificáveis” (punições ao descumprimento de regras compartilhadas ou consequências de situações de “guerras”) e mortes sem “motivos”, não justificáveis. Os meninos não falaram nesses termos – justificáveis e não justificáveis. Tratou-se de uma forma que encontrei para reunir situações semelhantes por eles narradas e que eram contextualizadas da mesma maneira. Entretanto, mesmo não usando os termos acima mencionados, os interlocutores consideravam que alguns casos tinham “motivos” e outros não. Um caso de morte justificável foi contado por Júlio:

Ééé, tipo, tem caso assim, tipo, tipo um caso que aconteceu: O cara pega, deve um monte de dinheiro pra um traficante, aí tipo, que o cara vendia droga pro cara e aí em vez de vender a droga ele cheirou tudo, usou tudo a droga e daí o cara ficou no “veneno”, “eu vou matar esse bicho”, daí pegamo, nós conversamo só nós, tipo os mais, tipo os mais, né, que faz o negócio crescer, né.

*Os chefes, os patrões?*⁴

É, vamo dizer isso, mais patrão, só que a gente era tudo junto, tudo unido, só que sempre tem uns que são mais, que dá a voz, né, falei: “não, não vamo matar esse cara, vamo deixar, ele vai pagar, vamo fazer com que ele pague, se a gente matar ele, vai vir polícia, a gente vai se incomodar. [...] É, daí o cara que tava devendo, né, queria uma arma emprestada pra matar um desses grandes.

Ele veio pedir pra um de vocês?

Ele veio pedir pra um deles, um dos grandes, o guri que tava devendo foi pedir pra um dos grandes pra matar outro grande [...] e daí o quê que os caras fizeram, mataram o cara, né, porque eles já livraram ele de morrer, né, por causa da dívida dele, já era um motivo pra ele, pra eles ter matado ele, só que ele, é daí o cara vai querer matar o outro ainda por causa de dinheiro, por causa de 100 real, o cara tava devendo 3 mil, ele tava devendo 3 mil e queria cobrar 100 pila, não mataram ele por causa de 3 mil real, daí agora foi... Daí mataram ele, né.

Algo a se pontuar sobre essa história é que o devedor, o “casqueiro” (usuário de *crack*), não foi morto por conta de suas dívidas, e sim por causa da sua intenção de matar um dos “grandes”, um dos líderes. Assim, na prática, há muito mais nuances e as situações não correspondem linearmente às regras compartilhadas – como a regra de punição com a morte no caso do não pagamento de dívidas. É possível negociar a

⁴ As falas que aparecem em itálico são as minhas intervenções.

punição em relação a uma dívida, mas, no caso de uma traição, ainda mais por parte de alguém que estava em débito, parece não haver outro desfecho possível.

Os sujeitos que matavam sem “motivos” foram situados pelos interlocutores como “malucos”, “psicopatas”, “folgados”, “sanguinários”, ou seja, como pessoas fora das fronteiras da normalidade e também da moralidade. Os meninos procuraram dar sentido, explicações para as situações de homicídio das quais fizeram parte, bem como se distanciar dos “malucos”, dos “folgados”. Se mesmo no campo de estudos das violências há o predomínio da deslegitimação, da intolerância e da indignação face a diversas modalidades de violências, como comentei no início deste trabalho, é preciso entender que o que está em jogo é uma *percepção* contemporânea acerca desses fenômenos. Tal percepção está relacionada a determinadas configurações de sujeitos⁵. Houve épocas (não tão distantes) em que era legítimo e até mesmo heroico o uso do embate físico nas lutas sociais. E mesmo diante da prevalência da negatividade e homogeneização das violências, existem gradações diversas no que toca à aceitabilidade de algumas situações em detrimento de outras⁶. Tais valorações dependem sempre de juízos, de enquadramentos dos sujeitos no perfil de “vítimas e agressores”, de avaliações acerca de categorias de sujeitos (crianças, mulheres, trabalhadores, criminosos). Os interlocutores compartilham dessa matriz. Também para eles há pessoas que usam a força de modo não legítimo, que matam sem “motivos”. A procura por explicações para o tipo de situação de homicídios nas quais estavam envolvidos não significa que eles consideram “certo” o que fizeram. Ao contrário, muitos deles disseram que queriam “pagar direitinho” a medida socioeducativa e que estavam internados porque haviam feito “o errado”. O que ficou claro é que eles queriam enfatizar que havia um contexto que dava sentido àquele tipo de acontecimento: ninguém os tinha obrigado a entrar “no crime”, mas, uma vez inseridos nele, era preciso “correr pelo certo” (obedecer às regras compartilhadas) e, em muitas ocasiões, matar para não morrer, como na seguinte narrativa de Wesley:

⁵ Algumas configurações do sujeito contemporâneo apontam para um sujeito “descentrado” “fragmentado” (Hall, 2000), um sujeito “paradoxal” que deseja ao mesmo tempo o máximo de segurança e o máximo de liberdade (Bauman, 2003), um sujeito “presenteísta” e que se percebe como “inocente”, como “vítima (busca escapar às consequências dos seus atos) (Bruckner, 1997).

⁶ Para Martucelli (1999), a aceitação da violência se dá em função do grau de pertinência ao mundo da informação. Por exemplo: há um alto grau de aceitação em relação aos aparelhos militares modernos (intervenções “cirúrgicas”), que funcionam de forma mediatizada. E violências mais “materiais”, nuas e menos assépticas, como as delituosas, são as menos aceitáveis. Ele afirma ainda que a violência muda de natureza e de significação segundo o grau de racionalização que incorpora. Ver também a análise de Rifiotis (1999) acerca da denúncia de violência policial no Caso Favela Naval.

[...] já aconteceu também de eu quase perder a minha vida também: de chegar assim com duas “máquinas” em cima de mim e dá-lhe um monte de tiro em mim, chegar a dar um monte de tiro em mim e eu poder, só escutando aqueles estouro assim de pertinho, colado na parede ainda e me esquivando e se jogando no chão e correndo e... E não pegou nenhum, graças a Deus, só assim eu me escapando mesmo, se jogando. Não queria isso pra mim, não queria levar nenhum tiro, né. Ôôô... Fiz a minha frente, fiz a minha parte, tentei fugir e consegui, né, aconteceu nenhum comigo. Mas depois eu peguei ele e matei ele, descarreguei uma “máquina” nele também.

No cara que tentou te matar...

É, ele tentou me matar, daí eu fui e já matei ele antes de ele vir... E ele veio ainda querer falar comigo ainda. Na hora que ele me viu ele se apavorou e daí ele veio querer tirar satisfação comigo, querer falar comigo. Ééé... Daí já nem pensei direito, já nem pensei, já pensei na maldade mesmo, daí já “estourei”, né, já estourei ele. Pra tu ver que o cara não pensa direito: foi até na frente de uma delegacia ainda, de dia ainda, na frente da delegacia e tudo, tinha até polícia e tudo. Eu não tava nem aí, eu queria era me vingar mesmo, foi até na frente da delegacia, o cara não pensa muito não.

E ele queria te matar por que?

Foi tipo assim ele queria me matar eu nem sabia por que era, era por causa de um primo meu, um primo meu brigou com ele, teve briga com ele, não sei o quê que deu, o meu primo falou que eu ia matar ele. Eu nem sabia de nada, eu nem sabia de nada. Daí o meu primo falou que eu ia matar os cara. E os cara ficaram com medo, viram que eu era encarnado e já vieram pra querer me matar.

Do verme ao sujeito homem

Determinadas “posições”, categorias de sujeito, foram também acionadas como elementos de fundamental importância para a significação das situações de homicídio. Foi possível identificar a existência de um compartilhamento de uma série de categorias de sujeitos e uma atribuição de valor hierarquizada em relação a esses sujeitos e às suas vidas (o “sujeito homem” como sujeito valorizado e o “verme” como vida que não vale nada – e entre esses polos várias categorias). O “sujeito homem foi descrito como aquele que: segue as regras compartilhadas no grupo; raciocina; cumpre o que promete; não vai matar alguém só porque soube de algo pela “boca de outros”; quando mata, o faz achando que isso é o certo, que tinha que ser feito; busca não matar pessoas inocentes (que nada tem a ver com o crime) – a não ser que eles sejam caguetas (delatores) ou estupradores. O “sujeito-homem” é, assim, o “sujeito ético” em relação aos códigos e às moralidades compartilhados pelo grupo.

Já os “vermes” são aqueles que “não correm pelo certo”, que descumprem regras compartilhadas: matam inocentes, caguetam, roubam de “aliados” ou de pessoas pobres, se envolvem com mulher alheia. Foram também enquadrados como “vermes” ou “safados” os estupradores, os devedores, os traidores, os “casqueiros” (viciados em *crack*), os inimigos. Em relação a esses últimos há um ponto importante: os interlocutores tinham consciência de que era uma questão de perspectiva, de que, para os “inimigos”, eles eram os “vermes”.

Em síntese, aqueles que “não correm pelo certo” são os desviantes no “mundo do crime” e, em geral, a penalização é a pena capital. Como disse Wesley: “O crime é podre, mas não admite falha”.

No tocante à eliminação de vidas alheias, a visão da pessoa a ser morta como “verme”, como vida que nada vale, provavelmente atenua os efeitos psicológicos, emocionais e morais, como ocorreu no caso de Bob, que disse ter ficado traumatizado ao matar um “conhecido” a mando de um traficante e, ao mesmo tempo, não ter sentido remorso após ter matado o traficante que desejava tirar-lhe a vida. É preciso também refletir sobre a possibilidade de que essa “hierarquia do valor diferencial” (Souza, 2006) dos sujeitos e um regime de “guerra” que marca o cotidiano dos jovens inseridos no tráfico sejam elementos que atuam fortemente na percepção que esses jovens demonstram em relação às suas vidas e às vidas daqueles que eles geralmente matam. Trata-se de uma percepção marcada pela “normalidade” de matar, bem como de morrer assassinado: são matáveis as vidas dos “inimigos”, assim como é “matável”⁷ a própria vida.

Durante nossas conversas sobre mortes de outros e sobre situações em que suas vidas estavam “por um fio”, questionei os interlocutores sobre seu medo de morrer. Cito algumas das respostas:

Ah, o cara vai ter como, cara, a segurança do cara é o “canhão” e os camarada que tão do lado do cara, né, essa pro cara é o segurança do cara. E muito mais do que isso é a “considera” que o cara tem, tá ligado? [...]. Porque o cara nessa vida aí, é matar pra não morrer, tá ligado? É matar pra não morrer. Mas o cara que tá nessa vida aí o cara sabe que chega uma hora do cara, uma hora chega a do cara (Ângelo).

Ah, tipo assim, né, medo assim eu me cuidava. Eu tinha medo de morrer, eu tinha medo, mas eu me cuidava e eu era obrigado tipo assim a ter que

⁷ Na dissertação discorro sobre a produção social de vidas “matáveis”, de vidas “desperdiçadas”, “refugadas” com base nas reflexões de Giorgio Agamben (2007) e de Zygmunt Bauman (2005).

ir matar pra poder sobreviver porque tudo queria me matar também, tudo não, tipo assim das outras áreas assim (Wesley).

[...] dar tudo pra eles, deixar eles às pampa, depois que eu tiver dado tudo pra minha mãe aí se eu morrer, demorou, né. Ah, tá nessa vida, tá na chuva é pra se molhar, né dona. Se eu morrer ou vai nascer outro melhor ou pior, né, como diz na música dos cara. Que pra morrer, demorou, antes de eu morrer vai morrer um monte no meu lugar, né (Carlos).

Vivendo “no veneno”

E essas vidas “matáveis” eram também vividas “no veneno”. Essa categoria, ligada especialmente às situações difíceis, que geram sofrimento, mostrou-se central nas histórias contadas. Histórias sobre homicídios, mas, em especial, histórias sobre vidas. Ela apareceu quando os interlocutores descreviam sua condição atual (estar “preso”) e também nas referências à vida que levavam “no crime”. Em conversa com Joe, perguntei diretamente o que significava “veneno” e ele respondeu que “veneno” é “tudo que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e pode fazê-la sofrer. Joe disse também que o “veneno” relacionado aos sofrimentos que alguém passa pode ser “descontado” por meio de brigas ou “coisas mais graves”. Nesses casos, a experiência de sofrimento relaciona-se também a sentimentos como raiva e ódio, que podem ser descontados por meio da utilização de violências. Foi o caso em algumas situações descritas por Carlos: “desabafa no gatilho do revólver” e “estocar para desabafar”.

Além disso, quando falaram a respeito da “vida no crime” o que sobressaiu foi a dimensão dos riscos, das dificuldades, da instabilidade à qual estavam sujeitos na época do “envolvimento”. A “vida fácil” é uma vida cheia de “trabalho precário”, de regras rígidas (um deslize pode levar à morte), de risco constante, de surras e humilhações por parte da polícia, de “guerras”, de velórios de “irmãos”, de “aprofundamento” na dependência das drogas, de altos e baixos: [...] mas sabe que é foda, nessa vida aí o cara sempre “cai”, sempre acontece, né, de o cara ir preso ou de o cara até ir pra um lugar pior, né: morto, né. Como muitos já foram, né cara, como muitos eu já vi ir, tá ligado? (Ângelo).

A possibilidade de desabafar, de colocar para fora o “veneno”, acabou por se tornar uma das principais motivações ou um dos principais efeitos da interlocução com os meninos. Muitos deles explicitaram que tinha sido muito bom “desabafar”. Do ponto de vista analítico, a comparação de Carlos entre o desabafo no “gatilho do revólver”, na

“estocada” (perfurar alguém com objeto cortante) e o desabafo via narração, via conversa, leva a pensar que, em ambos os casos, se trata de uma forma linguagem, de uma forma de expressão. Para esse jovem, tanto a “violência” como a narração ajudam a colocar para fora revoltas, raiva, angústias. Ele diz, no final do nosso diálogo, que conversar “leva a mais”, deixa mais “às pampa” (mais tranquilo) do que estocar. Dessa forma, é preciso pensar em formas de estender o campo das modalidades de expressão desses sujeitos, de maneira que as violências não figurem como única, ou como a mais óbvia, possibilidade. Na experiência de campo, a interlocução em termos de escuta trouxe à tona uma demanda dos meninos que participaram da pesquisa por espaços desse caráter. No âmbito político, a importância que eles concederam ao desabafo leva à reflexão de que seria muito importante se as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas propiciassem espaços em que esses jovens pudessem se expressar, seja coletivamente, seja individualmente. Parece revelar-se um campo de atuação para as próprias instituições, ainda que sua escuta esteja sempre situada em um lugar de controle.

A ênfase na questão do sofrimento, do “veneno”, trouxe à tona uma importante dimensão da vida desses jovens que, em geral, é pouco visibilizada. Quando pensamos em jovens “envolvidos” com o tráfico, o que vem mais facilmente à mente é o “*ethos* guerreiro” (Zaluar, 1995), a virilidade, a coragem, as guerras. Ao menos é isso o que eu pensava antes de realizar a pesquisa. Tanto é que pensava em relacionar violências e masculinidades. Porém, novamente deparei-me com sujeitos que me fizeram rever meus pressupostos. Os meninos com quem dialoguei em meu Trabalho de Conclusão de Curso (Vieira, 2006) me disseram que “os homens também têm o direito de chorar”. Eram os mesmos meninos que me falavam fascinados sobre filmes de guerras e fuzis e que me contavam coisas sobre o tráfico de drogas. O que aprendi com eles é que, mesmo no contexto de uma configuração de masculinidade marcada por valores ligados ao “*ethos* guerreiro”, pode ter lugar valores contrários aos predominantes. E, com os meninos que me contaram narrativas de homicídios, aprendi que os “guerreiros” também sofrem. Sofrem ao ver situações difíceis na família, sofrem ao presenciar a morte de um amigo assassinado, sofrem ao lembrar de pessoas que mataram ou que ajudaram a matar, sofrem com o trabalho nas madrugadas, sofrem por estarem privados da liberdade. Como já ressaltai, em geral, eles não se colocaram como vítimas. Falaram da inserção no tráfico como uma atitude livre, consciente, bem como se responsabilizavam pelos próprios atos. A visibilidade do sofrimento desses jovens, diferente da ênfase na

“vitimização”, desloca também as questões que se referem às possibilidades de intervenção social. Eles se inscrevem no tráfico sabendo que as consequências são “hospital, cadeia, caixão”. A questão é que, apesar de tudo isso, “essa vida” se mostra como o melhor caminho para muitos jovens. É preciso, então, pensar o quão importante são os ganhos materiais e simbólicos que o tráfico proporciona para que, apesar das dificuldades, dos sofrimentos, das perdas, das consequências, predomine a situação descrita por Ângelo: “tipo, morreu um hoje no crime já tá entrando mais dois no vago, tá ligado?”.

Comensurabilidade entre mundos

A ideia de “mundo do crime” mostrou-se importante no âmbito da experiência dos sujeitos. Na dissertação esbocei uma discussão, que pretendo dar continuidade na tese, acerca da questão dos sentidos dessa categoria em termos analíticos e das implicações políticas da ênfase numa postura mais relativista (“lógicas estanques”) ou mais englobante (comensurabilidade e intersecções). Há um “mundo do crime”? Ele é estanque em relação ao “mundo hegemônico”? Nele se configuram valores específicos, uma moralidade própria? Os dados etnográficos do campo feito para a dissertação e o aporte teórico em que tenho me baseado – como Velho (1994)⁸ e Almeida (2003)⁹ – apontam no sentido da comensurabilidade entre mundos. Trago em seguida parte do material etnográfico a esse respeito.

Nas avaliações dos interlocutores sobre o que é o “certo” apareceram ideias mais gerais sobre justiça, honestidade, humildade. Uma fala chave, nesse sentido, foi a de Júlio: “[...] eles roubaram junto e em vez de dividir o dinheiro certinho, ser honesto, por mais que esteja no mundo do crime, mas certo é certo, né”. Além disso, na descrição

⁸ Gilberto Velho (1994) define o conceito de “mundo” em termos de domínios da realidade que se distinguem através de fronteiras sociológicas e descontinuidades culturais. De acordo com o autor, nas “sociedades complexas”, os indivíduos transitariam entre um grande número de domínios sociais e simbólicos.

⁹ Mauro W.B. de Almeida em artigo sobre a objetividade etnográfica cita o filósofo brasileiro Newton da Costa para quem o conhecimento é ontologicamente e logicamente pluralista. Há muitos sistemas cognitivos, que divergem quanto aos objetos que admitem, e quanto aos cânones lógicos que empregam. Mas em cada sistema cognitivo pode-se falar de ‘quase-verdade’ que se aplica a uma parte de cada universo cognitivo. Sistemas cognitivos inconciliáveis, quando vistos como totalidades, podem coabitar – e em cada um deles se produzem ‘quase-verdades’ que estas sim são compatíveis umas com as outras, sustentadas pelas mesmas pessoas talvez, embora a rigor sejam contraditórias umas com as outras. Por exemplo, um físico é newtoniano de manhã cedo ao planejar lançamento de foguetes; à tardinha é quântico ao fazer experimentos de colisão de partículas; e à noite é relativista ao olhar as vastidões estreladas e sonhar com a expansão do universo. (Almeida, 2003, p.15).

valorada positivamente do “sujeito-homem”, a força de concepções morais gerais ficou bem clara. O “sujeito-homem” não apenas segue os preceitos compartilhados, não é somente um sujeito moral, mas um “sujeito ético”: reflexivo, que busca tomar decisões justas, que cumpre o que promete, que respeita os pares e a comunidade à qual pertence (é “humilde”), que não mata ninguém antes de ter certeza de que é necessário. Em síntese: “é o cara certo do lado errado” (Joe). O modelo para os interlocutores da pesquisa em questão, o tipo de pessoa que demonstraram admirar, é esse “sujeito-homem”, e não o “sanguinário”, o “maluco”, que mata sem necessidade, sem nenhum motivo justificável.

Outros dados que apontam no sentido da comensurabilidade entre mundos são os que se referem à dimensão da religiosidade. Entre os jovens institucionalizados com os quais tive contato, o “sentimento religioso”, as referências a Deus, à sua proteção, ao seu poder de interferência mostraram-se significativos. De forma análoga, muitos explicavam as atitudes de alguns “malucos”, “sanguinários”, como consequências de pactos com o diabo.

Algo que ficou muito claro foi que os jovens em questão moviam-se no “mundo do crime” não de forma a negar o “mundo hegemônico”, mas de forma a acessá-lo. O tráfico de drogas funciona como uma chave que abre a porta de saída da vida pobre, da “invisibilidade”, e de entrada na vida de consumo, de “visibilidade” social. Nesse sentido, o ingresso em um mundo é também o passaporte para o acesso a importantes valores materiais e simbólicos de outro mundo. Com isso não se quer negar que o “mundo do crime” possui códigos, linguagem, padrões de conduta específicos¹⁰, mas apenas ressaltar que o fato de haver domínios não redutíveis não significa, necessariamente, que eles sejam incomensuráveis, estanques. A questão é que os “mundos” não são estanques, na medida em que os sujeitos transitam entre esses domínios: por vezes, as tomadas de decisão em um mundo pautam-se em valores predominantes em outro mundo. Nesse sentido, são fundamentais os agenciamentos dos sujeitos e a forma como eles transitam entre domínios da realidade.

¹⁰ Não desejo negar a noção de “relatividade cultural”. A ideia de que os sistemas culturais têm lógicas de funcionamento não redutíveis tem íntima relação com a questão da construção social da “verdade”. Mesmo quando se enfatiza a comensurabilidade de certos “mundos” é preciso resguardar essa dimensão. Os “mundos” não são estanques, dentre outras coisas, porque suas “verdades” podem sempre ser revistas. Porém, a ênfase no relativismo cultural, especialmente como postura ética e política, pode levar ao ocultamento da questão da construção social da verdade. Tal ênfase pode gerar posturas absenteístas no campo da ética, como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (2004), e reducionistas no campo metodológico, como aponta Michael Fischer (1985).

Danielli Vieira

Doutorado em andamento, PPGAS - UFSC
danivieira84@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho são apresentadas as principais discussões realizadas na dissertação de mestrado da autora. Tal dissertação consistiu em uma análise de narrativas sobre homicídios que envolveram jovens em Santa Catarina. Os interlocutores da pesquisa eram jovens que se encontravam em regime de “privação de liberdade” (internação) para o cumprimento de medidas socioeducativas. No tocante a perspectiva teórica, focou-se a dimensão vivencial das situações nomeadas como “violências”, de maneira a pensar os homicídios praticados entre jovens a partir dos sujeitos sociais que emergem nas narrativas. Os interlocutores descreveram alguns casos de homicídios como “justificáveis”, passíveis de explicação e outros como “sem motivos”. Nas histórias sobre mortes, eles falaram também sobre suas próprias vidas no contexto do tráfico de drogas: a nada fácil “vida fácil”, os altos e baixos, o risco constante, a relação com a morte, as situações em que “é matar pra não morrer”. Palavras-chave: violências, narrativas, juventudes.

Abstract: This work presents the main discussions at the author's dissertation. That dissertation analyzed narratives about homicides involving young people in Santa Catarina. Research participants were young people who had been on "deprivation of liberty" for the fulfillment of social and educational measures. That work had as its main theoretical focus the dimension of live experiences in situations currently named as "violence." This is an approach that focuses on youth homicide starting from the social subjects who emerge in the narratives. The interlocutors found a few cases of killings as "justifiable", and considered some as being "without reason". In narratives involving homicides, subjects mentioned their involvement with drug dealing: the not so easy "easy life", the ups and downs, the constant risk, their relationship with death, the situations in which you kill not to die. Keywords: violence, narratives, youth.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 207p.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Relativismo antropológico e objetividade etnográfica. *Campos*, 3, p. 9-29, 2003.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 295p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 144p.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 176p.
- BRUCKNER, Pascal. *A Tentação da inocência*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 275p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORA, Ceres et alii. (Orgs.). *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2004, p.21-32.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. 352p.
- FISCHER, Michael M. J. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *Anuário Antropológico*, n. 83, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, p.55-72, 1985.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 102p.
- MARTUCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo Social. Revista Sociologia USP*. São Paulo (11)1, p. 157-175, maio, 1999.
- NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos*. Florianópolis: mimeo, 2007. (Texto apresentado na conferência: Políticas Públicas de Juventude: o que há de novo?, em 20 de setembro de 2007 na UFSC).
- OCHS, Elinor. Narrativa. In: DIJK, Teun A. Van. (ed.). *El discurso como estructura y proceso. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. Volumen 1*. Barcelona: Gedisa, 2000, p. 271-303.
- RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC (19), p.1-30, 1997.
- _____. Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva* (Fundação Seade, São Paulo), 13 (2), p.28-41, 1999.
- RODRIGUES, TIAGO Nogueira Hyra e Chagas. *Contando as violências. Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- SOUZA, Jessé. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 396p.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 137p.
- VIEIRA, Danielli. O “olhar” do universo infantil sobre as violências: saberes, discursos e outras formas de expressão de crianças de um morro de Florianópolis/SC. In: GROSSI, M., HEILBORN, M. L., & MACHADO, L. Z. (Org.). *Antropologia e direitos humanos 4*. Blumenau: Nova letra, 2006, p. 351-414.
- _____. *“Vivendo no veneno”: análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em SC*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.



- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência nos municípios brasileiros*. Brasília. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI: Gráfica Brasil, 2007. 190p.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. 278p.

Recebido em: 02/09/2011

Aceito para publicação em: 02/09/2011